



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Indústria Extrativa, Conflitualidade e os Paradoxos do Modelo de Desenvolvimento Moçambicano

Isabella Alves Lamas

Como citar: LAMAS, I. A. Indústria Extrativa, Conflitualidade e os Paradoxos do Modelo de Desenvolvimento Moçambicano *In:* AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. (org.). **Os Desafios da Política Externa e Segurança no século XXI**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 433-452.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p433-452>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INDÚSTRIA EXTRATIVA, CONFLITUALIDADE E OS PARADOXOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO MOÇAMBICANO

Isabella Alves Lamas

1 – INTRODUÇÃO

Moçambique dispõe de uma oportunidade única de consolidar a descoberta de vastos recursos naturais que, se forem bem geridos, irão permitir que o país alcance os seus objetivos de desenvolvimento social e ultrapasse a sua dependência da ajuda externa

Doris Ross, Fundo Monetário Internacional (FMI, 2014).

Em 1999, no lançamento do *Ano Internacional da Cultura da Paz*, Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, declarava que a verdadeira paz é muito mais do que a ausência de guerra, já que é um fenômeno que

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p433-452>

envolve desenvolvimento econômico e justiça social (UNESCO, 1999). Sua fala simboliza a incorporação nas Nações Unidas do conceito transformador da paz positiva (paz enquanto integração humana e justiça social) formulada no âmbito da tradição teórica dos Estudos para a Paz a partir das ideias de Johan Galtung (GALTUNG, 1969). Apesar de essa ideia ter sido absorvida como parte do discurso da construção da paz, particularmente de missões de *peacebuilding* realizadas em cenários de pós-conflituabilidade, o que vemos na realidade em muitos contextos que foram alvos dessas operações de paz é justamente a perpetuação de formas diversas de violência – não só a violência física e direta que pode ser medida através de indicadores como o número de morte de civis, mas também violências estruturais e culturais¹. O programa da paz positiva foi usado como forma de legitimar esquemas de engenharia social e política formulados pela governação global liberal (PUREZA, 2011). Os processos de pacificação que ocorreram através de liberalização política e econômica incluídas no escopo das missões de paz geraram consequências profundas em países que foram alvos dessas operações.

Moçambique é um desses países e foi durante muito tempo reconhecido como um caso de sucesso do processo de construção da paz. Uma análise das violências cotidianas e dos conflitos socioambientais, mais concretamente aqueles que emergiram ao redor de um mega projeto de exploração de carvão de uma corporação multinacional brasileira, fornece elementos para desconstruir essa ideia e adicionar novos prismas para o entendimento do atual momento do país. Nas discussões recentes sobre a instabilidade econômica e política do país é muito comum visões que expressão uma lógica preventiva de potenciais focos de turbulência que eventualmente se transformariam em violência armada e direta. Não obstante, a promoção de uma qualidade de

¹ Em *Violence, Peace and Peace Research*, Galtung define a violência direta como quando os “meios de realização não são retidos, mas diretamente destruídos” (GALTUNG, 1969, p. 169) e elabora pela primeira vez o conceito de violência estrutural, chave em seu pensamento, como denúncia de violências invisíveis, e muitas vezes não intencionais, porém, reais. Quando apresenta o conceito de violência estrutural, Galtung o associa à paz positiva, no entanto, consciente dos perigos decorrentes da transformação da paz em uma categoria semanticamente negativa, faz uma nova associação: a ausência de violência estrutural passa a ser presença de justiça social e, consequentemente, de uma paz verdadeiramente positiva. Já nos anos 1990, o autor introduz uma nova dimensão da violência que viria a compor o famoso triângulo das violências de Galtung: a violência cultural, ou seja, “os aspectos da cultura – a esfera simbólica de nossa existência – exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que pode ser usada para justificar ou legitimar as violências diretas ou estruturais” (GALTUNG, 1990, p. 291).

vida digna, de justiça social e, como não poderia faltar, da igualdade de oportunidades são parte fundamental de uma análise coerente com busca pela concretude da construção do horizonte de uma paz verdadeiramente positiva. Moçambique é hoje um país formalmente pacífico mas que vive inúmeras situações de violência – mais espetaculares como os eventuais confrontos entre a FRELIMO e a RENAMO – e mais sutis como as opressões decorrentes da exploração de minérios da Vale na Província de Tete na região central do país.

Na fala de Doris Ross, diretora assistente do departamento de África do FMI, que consta na epígrafe do texto há três elementos importantes que gostaria de destacar: a) Moçambique é rico em recursos naturais, b) estes recursos, se bem governados, podem gerar desenvolvimento social no país e c) ajuda-lo a superar a dependência de ajuda externa. Mais concretamente, os recursos são vistos como uma oportunidade para fechar as lacunas do déficit de infra-estrutura do país (como portos, estradas, ferrovias ausentes ou destruídas nos tempos da guerra), investir em setores prioritários como saúde e educação, além de servirem como subsidio econômico para o apoio de um modelo de crescimento mais inclusivo. Até aqui nada de muito novo, uma vez que este é o discurso comum sobre recursos naturais e suas oportunidades de desenvolvimento propagado por governos, corporações multinacionais, instituições financeiras internacionais e organizações internacionais.

Para o FMI, ascender requer resiliência. Assim, Moçambique tem que ser resiliente na transformação em curso de sua economia de uma base na agricultura familiar para uma centrada na mineração, no agronegócio, no processamento e em serviços (ROSS, 2014) (é claro que com esta nova base econômica grande parte desse serviço é decorrente do próprio funcionamento e demanda da indústria extrativa). Não obstante, as oportunidades dessa nova base econômica não foram traduzidas em desenvolvimento econômico e social: estamos diante de um país de baixa renda, em situação de pós-conflitualidade que não compartilhou os benefícios de duas décadas de crescimento robusto e paz com a maior parte de sua população.

2 – A ECONOMIA POLÍTICA DA MINERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: CRESCIMENTO ECONÔMICO VIA IED, DESIGUALDADE E EXPROPRIAÇÃO

Classificado como economia de baixa renda², Moçambique é um país da África Subsaariana com 28 milhões de pessoas que faz fronteira com África do Sul, Suazilândia, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Ao contrário dos países centrais que implementaram progressivamente políticas neoliberais principalmente a partir dos anos 70, Moçambique apresenta uma trajetória econômica enquanto país independente muito recente. O país teve a sua independência conquistada em 1975 após um período de pouco mais de uma década de luta armada pela libertação nacional e a FRELIMO – primeiro e único partido no poder central após a independência – constituiu um governo inicialmente de inspiração marxista-leninista. Pouco após a independência, o país viveu anos de uma intensa guerra civil que oficialmente teve fim em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, antigo movimento guerrilheiro que se transformou em partido de oposição.

Foram implementadas reformas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI em Moçambique a partir de 1987 com o Programa de Reabilitação Econômica – PRE³. O PRE marca a transição do país de uma economia socialista marcada por controle estatal, planejamento econômico centralizado e preços administrados (FMI, 2014, p. 14) para uma economia de mercado e tinha como grande objetivo a implementação de medidas neoliberais para a inserção de Moçambique na economia internacional e a atração de fluxos de investimento externo para o país. A racionalidade central vigente é que seriam os excedentes gerados através destes influxos de capital que assegurariam a possibilidade de desenvolvimento social desse que era, e continua sendo, um dos países mais pobres do mundo. No último ranking de IDH divulgado pelo PNUD, Moçambique ficou na posição 181 num conjunto de 188 países (PNUD, 2016). Além disso, Moçambique é um país rural e apesar de a população urbana estar crescendo significativamente esta ainda representa menos de

² O critério usado pelo Banco Mundial para classificar economias é o PIB per capita. Uma economia de baixa renda é aquela cujo PIB per capita não ultrapassa \$1025 (BANCO MUNDIAL, 2017b, p. xvii).

³ Nos anos 80, o FMI e o Banco Mundial passaram a demandar reformas econômicas de acordo com princípios neoliberais como garantia para empréstimos realizados a países em desenvolvimento altamente endividados (STEGGER; ROY, 2010, p. 98).

um terço da população total (SANTOS; ROFFARELLO; FILIPE, 2016). Entre os inúmeros efeitos perversos que as reformas tiveram na economia e na sociedade moçambicana, um dos mais relevantes foi o declínio na produtividade da agricultura que contribuiu para acentuar a existência de uma economia de consumo ao invés de produção (CUNGUARA, 2012; MASCHIETTO, 2016).

Apesar disso, o desempenho de Moçambique no período pós guerra foi usado como exemplo de sucesso pelo FMI, Banco Mundial e comunidade de doadores internacionais (IDA, 2009; NUCIFORA; SILVA, 2011). O ‘queridinho dos doadores’ (HANLON, 2010) também foi retratado como um caso de sucesso de *peacebuilding* e reconstrução pós-guerra (ASTILL-BROWN; WEIMER, 2010; PNUD, 2005), principalmente devido à estabilidade política pós-acordo de paz e aos indicadores macroeconômicos que mostram uma recuperação econômica substancial em relação ao estado da economia pré-reformas (MASCHIETTO, 2016; PHIRI, 2012). Moçambique é hoje considerado um país formalmente pacífico, apesar das recorrentes manifestações de violência e conflitualidade que vão além das eventuais tensões políticas e militares entre a FRELIMO e a RENAMO.

Durante os anos de guerra civil e no pós-guerra, a economia de Moçambique esteve altamente dependente dos fluxos de capital provenientes da ajuda externa da comunidade de doadores internacionais. No entanto, a dependência da ajuda externa no orçamento do estado diminuiu consideravelmente em 2010 devido principalmente a um avanço na arrecadação de receitas internas e às especulações em torno da exploração e/ou descoberta de novas reservas de recursos naturais. Segundo relatório do FMI de 2014, o crescimento econômico do país pode ser entendido a partir de dois períodos temporais: um primeiro que vai de 1992–2002 marcado pela liberalização do mercado e políticas de privatização que se desenvolvem em um contexto geral de reabilitação do país no pós-guerra e estabelecimento das bases da economia de mercado e um segundo que vai de 2002 em diante no qual o crescimento foi impulsionado em larga medida pelos investimentos em megaprojetos (FMI, 2014, p. 10).

De fato, devido a estes projetos, em 2011 o volume de IED ultrapassou pela primeira vez o volume de ajuda externa no orçamento do

estado (TOLLENAERE, 2013). Junto com a África do Sul e a Nigéria, Moçambique se tornou um dos três principais destinos de IED na África Subsaariana (CASTEL-BRANCO, 2015). Segundo relatório do *African Economic Outlook* (2017), desde os anos 2000 o alumínio, o gás e o carvão constituem a espinha dorsal da indústria moçambicana. Não obstante, o desequilíbrio na destinação do IED predominantemente para áreas como a de construção de infra-estrutura direcionada para exploração dos recursos e o crescente endividamento público interno e externo ocorreu em detrimento de um financiamento substancial em setores sociais e serviços básicos. Cunguara (2012) critica o crescimento centrado em megaprojetos por estes terem poucas ligações locais, criarem pouco emprego, serem beneficiados por importantes isenções fiscais, dependerem de bens importados e serem voltado para exportação.

De maneira geral, a narrativa do caso de sucesso é desacreditada pelo paradoxo central da economia política contemporânea do país: apesar de o crescimento econômico entre a década passada e 2016⁴ ter girado em torno dos 7% e a inflação ter se mantido controlada (dois dos mais importantes indicadores macroeconômicos), a desigualdade tem se acentuado nos últimos 6 anos e estima-se que mais de 50% da população viva com menos de 1 dólar por dia (SANTOS et al., 2016). Há uma importante disparidade entre os altos índices de crescimento econômico e a estagnação dos níveis de pobreza notada principalmente a partir de 2010. Uma importante parcela da população vive com menos de US\$1 dólar por dia, sofre com doenças como a malária e o HIV e não possui acesso a infra-estruturas básicas como água potável, centros médicos e escolas. Este paradoxo é central na reflexão do economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco sobre as características da porosidade econômica moçambicana: “a ineficiência na retenção de excedente não cometido, que poderia ser utilizado para o desenvolvimento da economia como um todo” (CASTEL-BRANCO, 2015, p. 125). O argumento de Castel-Branco é que a característica dominante da economia política moçambicana é o foco

⁴ Houve uma forte desaceleração do crescimento no ano de 2016 que na média ficou em 3,8%. Não obstante, segundo relatório do Banco Mundial, 2017 já mostra sinais de melhora principalmente devido a melhoria dos preços das matérias primas e a recuperação da indústria do carvão (BANCO MUNDIAL, 2017a, p. 1). A associação direta entre a guinada positiva do crescimento econômico de Moçambique devido a alta no preço e recuperação do preço do alumínio e do carvão é um dos indícios da complexa configuração do sistema global da mineração.

na formação de oligarquias financeiras nacionais através de um processo clássico de acumulação primitiva de capital. Por conta da história recente de colonialismo e a posição anticapitalista do primeiro governo do pós independência, estas classes ainda estão em fase inicial de formação. É por meio da porosidade da economia e do apoio do estado que as ligações entre o capital doméstico e o capital multinacional é desenvolvida. Assim a porosidade não é só resultado de limitações institucionais do estado e da incapacidade de assegurar rendimentos das corporações em operação no país, mas também esta profundamente relacionada com um processo de expropriação social que tem como objetivo o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais (CASTEL-BRANCO, 2015).

Seguindo esta lógica, para além dos largos incentivos fiscais concedidos às multinacionais em operação no país⁵ e eventuais fugas ilícitas de capital, um papel importante deve ser creditado também às ações de expropriação do estado para garantir com que a classe capitalista emergente pudesse se apropriar de uma parte dos lucros do IED. Esforços investigativos no âmbito do Centro de Integridade Pública, mostram a sobreposição existente entre a elite política e econômica do país e a consequente ausência de distinção clara entre a esfera pública e privada do país: “nos últimos cinco anos, praticamente, todos os membros do Executivo procuraram constituir empresas cujo objeto social prioriza o exercício de atividades no sector extrativo” (FAEL; CORTEZ, 2013, p. 6). Altos dirigentes do estado e do partido político FRELIMO são participantes ativos de grandes concessões realizadas em formas de parceria público-privada como o do Porto de Nacala e a Linha do Norte, empreendimentos recentemente associados a exploração de carvão da Vale (NHAMIRE; MATINE, 2015).

Os maiores beneficiados destes esquemas de expropriação são as elites e o grande capital internacional no qual estão ancoradas. Os maiores prejudicados, quase não é nem preciso dizer, são todo o restante da população do país, principalmente os 70% que vivem no campo, crescentemente desempoderados com a destituição de seu meio de sobre-

⁵ Segundo o economista do FMI Yi Xiong o principal objetivo dos primeiros megaprojetos era tornar Moçambique um destino atrativo para o IED depois de longo período de instabilidade e guerra civil. Por este motivo, Moçambique teria estabelecido contratos muito favoráveis às empresas estrangeiras (FMI, 2014, p. 34). O contrato de concessão da Vale é um exemplo e possui inúmeras cláusulas e condições de isenção fiscal (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2006).

vivência mais básico que é a terra e distanciados de seu próprio mundo através de artefatos e ideias importados do estrangeiro (i.e. eleições democráticas, direitos humanos, intervenções de engenharia, desenvolvimento sustentável) sobre os quais eles/as não tem controle (MACAMO, 2005) e/ou participação ativa. A porosidade vista desta maneira é uma estratégia de acumulação primitiva de capital, *ie.* o processo através do qual os produtores são separados dos seus meios de produção, que tem início com a expropriação da terra. Da mesma forma que as revoluções agrárias historicamente foram processos conflituosos, a expropriação da população rural de sua terra e meios de subsistência em um país iminentemente agrário como Moçambique tem resultado inexoravelmente na emergência de cenários de conflitualidade socioambiental.

3 – INDÚSTRIA DO CARVÃO E A ENTRADA DA VALE EM MOÇAMBIQUE

Com a estabilidade política gerada pelo Acordo Geral de Paz de 1992 relatada acima, a riqueza praticamente inexplorada de Moçambique em recursos minerais passou a ser alvo de investidores internacionais. Foi nesse período que tiveram início a implantação de megaprojetos econômicos no país que segundo a lei de investimento moçambicana são os projetos que demandam um investimento inicial de mais de 500 milhões de dólares (ver, CASTEL-BRANCO, 2014)⁶. A partir de 2004, uma série de empreendimentos foram desenvolvidos no setor extrativo, sendo os principais o projeto de áreas pesadas da Kenmare em Moma, o de gás da Sasol em Pande e Tamene, os de carvão em Tete pela Vale e a Rio Tinto (que vendeu seus ativos para a ICVL) e o projeto de exploração de gás da ENI e da Anadarko na Bacia de Rovuma ainda em fase de instalação (ITIE, 2015).

Moçambique possui extensas reservas de carvão que compõe o Supergrupo do Karao, sendo a mais importante delas a Bacia Carbonífera de Moatize localizada na Província de Tete que fica na região central do país. Nestas bacias, os afloramentos de carvão são muito comuns e as populações locais utilizam extensamente o recurso como forma de combustível (VASCONCELOS; MUCHANGOS; SIQUELA, 2009). Circu-

⁶ A fundição de alumínio da Mozal foi o primeiro megaprojeto em Moçambique no pós-guerra e o maior projeto do setor privado no país (FMI, 2014).

lando pela região de Moatize, é possível notar sempre na beira das estradas pessoas vendendo carvão para o uso local. Além da escala artesanal, as reservas de carvão de coque já foram exploradas em escala industrial para exportação no período colonial por empresas de capital majoritariamente belga (através da La Societé Geologique et Minerale du Zambeze que operou de 1922–1948) e sul-africano (através da Companhia Carbonífera de Moçambique) (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ECONÔMICA, 1977; MATOS; MEDEIROS, 2015) e no período pós-colonial pela Carbomoc, empresa estatal moçambicana, hoje extinta que teve sua produção interrompida no período da guerra, entre outros, pela obstrução da linha ferroviária de transporte (SELEMANE, 2009).

O carvão mineral é um recurso que atualmente conta com uma dose extra de polêmica por conta dos problemas ambientais associados, entre outros, a liberação de dióxido de carbono durante o seu processo de queima para transformação em energia. Isso faz com que na teoria este esteja mais sujeito à políticas nacionais e regulamentos internacionais sobre mudança climática (VALE S.A., 2016, p. 14). No entanto, esta questão ambiental não foi alvo de políticas nacionais moçambicanas e nem obstáculo para o interesse dos investidores estrangeiros. Na realidade, Tete atraiu recentemente uma grande quantidade de investimento estrangeiro direto e de corporações destinadas a exploração dessas reservas de carvão.

Depois de ganhar uma licitação internacional na qual o governo moçambicano foi assessorado pela International Finance Corporation (IFC) em 2004, a CMN Vale S.A. obteve em 2007 a maior concessão da província, através do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) durante 35 anos de uma vasta área de 23.780 mil hectares para implementação do Projeto Carvão Moatize (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2013). Como aponta o *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*, “com a obtenção deste DUAT, a Vale tornou-se um dos principais protagonistas do processo de expropriação, usurpação, aquisição, controle e partilha de terras em Moçambique” (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2013, p. 15). Esse foi o primeiro investimento *greenfield*, projeto inicial e 100% desenvolvido pela Vale fora do Brasil (VALE S.A., 2014, p. 2). A corporação explora carvão metalúrgico (coque) – matéria prima para a produção de ferro e aço – e

térmico (de queima) – usado em usinas termoelétricas – em minas à céu aberto. Segundo relatório do Centro de Integridade Pública, “consta que a CVRD pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de USD, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado” (SELEMANE, 2010, p. 21). Ou seja, há poucos indícios de transparência principalmente por parte do governo moçambicano, mas também da corporação, na maneira como o contrato foi conduzido. A questão da transparência se estende para a inacessibilidade de acordos entre empresa e governo. Conforme pude notar em Tete, esta é uma constante do relacionamento entre o governo e a CMN.

Além de operar as minas em Moatize (através dos Projetos Carvão Moatize e Moatize II), a Vale também tem participações no Corredor Logístico de Nacala através da aquisição do controle da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN). O projeto do corredor consistiu na reabilitação e construção de novos trechos dos 912 km de ferrovia entre Moatize e Nacala (passando pelo Malauí) e na construção de um novo terminal portuário de carvão no Porto de Nacala⁷.

Esta inserção da Vale tem como pano de fundo um processo de internacionalização das grandes empresas brasileiras apoiadas pelo estado brasileiro principalmente através de dois eixos fundamentais: uma política externa marcada pelo aprofundamento das relações sul-sul e uma política de crédito afirmativa por meio de generosos empréstimos subsidiados pelo BNDES (ver GARCIA, 2012). No entanto, junto com as nossas empresas exportamos também conflitos socioambientais com as populações atingidas pelos empreendimentos – uma realidade muito presente aqui no Brasil também afinal segundo a Global Witness somos o país que mais ativistas socioambientais no mundo e a maior parte das mortes está associada a conflitos que acontecem na mineração (GLOBAL WITNESS, 2016).

⁷ A Vale negociou a venda para Mitsui de 15% das participações do total de 95% da companhia na Vale Moçambique (os restantes 5% são a participação do governo moçambicano no empreendimento através de uma empresa nacional de exploração mineira) e metade dos 70% de participação que a corporação tinha no CLN em 2014 (VALE S.A., 2017, p. 151). Os termos do acordo foram renegociados e a transação que faz parte do plano de desinvestimento da CMN foi concluída em 2017.

4 – TETE: O EL DORADO QUE NUNCA COMEÇOU E A EMERGÊNCIA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Seis anos após o início das operações do maior projeto de investimento brasileiro em Moçambique, nas ruas de Tete é possível sentir a frustração da promessa de um Eldorado que nunca começou. O discurso divulgado pelo governo e pela companhia de que a exploração mineral traria prosperidade e bem-estar para a população não se concretizou. Ao contrário, o cenário é de conflitos socioambientais e casos de violação dos direitos humanos.

Chipanga Premium HCC é o nome que foi dado pela Vale ao carvão de classe mundial produzido por ela na Mina de Moatize. Mas Chipanga muito antes de ser marca de carvão é o nome de um dos bairros de comunidades que foram reassentadas pela empresa para viabilizar a instalação do empreendimento. A entrada da companhia no país foi, e continua a ser, marcada por uma série de conflitos socioambientais relacionados à contestações por parte das populações atingidas às formas de implementação e condução do projeto.

Neste cenário, os conflitos estiveram relacionados principalmente a uma implementação problemática das ações de reassentamento das populações que viviam na área de operação do projeto da Vale. A construção da infraestrutura relacionada à exploração e à abertura das minas foi responsável por uma série de deslocamentos populacionais a partir do ano de 2009. A própria empresa foi responsável por encaminhar a elaboração de um plano de reassentamento e posteriormente implementá-lo. Dessa maneira, a Vale, devido à mina de Moatize, reassentou as comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe para as novas comunidades de Cateme e 25 de Setembro. No entanto, a supervisão governamental foi severamente criticada, uma vez que o governo teria se mostrado mal preparado e/ou com pouca vontade política de exercer uma atividade rigorosa (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013). A maneira desastrosa através da qual a Vale realizou os reassentamentos necessários para a viabilização de seu mega empreendimento econômico gerou uma importante repercussão nas organizações de justiça ambiental que têm tido uma participação ativa

na reivindicação dos direitos das populações atingidas⁸. O sistema de terras públicas na verdade acentuou a gravidade das violações que caracterizaram os processos de espoliação das populações rurais frente aos megaprojetos uma vez que muitas pessoas não possuíam qualquer comprovação legal de usufruto da terra. Inclusive, as populações reassentadas reclamam não terem recebido DUAT referente as novas casas (Pop-Moz-1).

Entre as violências relacionadas a este reassentamento, estão a fusão de diversas comunidades e a separação de membros de uma mesma comunidade devido à atividade que exercem, se dependentes da proximidade de um centro urbano, ou não. Além disso, as terras fornecidas para algumas famílias não são aráveis, comunidades ribeirinhas foram transferidas para locais que sofrem de falta de água, muitas das casas fornecidas apresentaram rachaduras e a uma fundação defeituosa, pessoas que viviam em comunidades que antes eram próximas à aglomerados urbanos (onde conseguiam complemento da alimentação de fácil acesso e podiam exercer atividades complementares à renda familiar) foram transferidas para locais distantes, entre outros.

Em 2012, o conflito entre a Vale e os(as) reassentados(as) foi marcado por uma ação de repressão violenta da FIR (Força de Intervenção Rápida) dentro da área de reassentamento à manifestações que posteriormente ficaram conhecidas como Revolta de Cateme que reivindicavam aspectos problemáticos do processo de reassentamento através de, entre outros, o bloqueio da linha férrea que liga a vila de Moatize ao porto da Beira. O envolvimento da Vale com o financiamento de unidade da FIR próxima a área de reassentamento, bem como com a manutenção do posto policial comunitário até hoje dias atuais evidenciam como os aparatos de segurança do estado trabalham em sinergia com o das companhias para

⁸ Em um diálogo com os movimentos de justiça ambiental, uma linha da ecologia política tem se desenvolvido a partir principalmente do trabalho das EJOs (environmental justice organizations) através da elaboração de mapas que sistematizam visualmente os conflitos socioambientais no mundo e discorrem sobre suas principais características e impactos (MARTINEZ-ALIER et al., 2014). Esses esforços são de extrema importância para o alargamento da compreensão de dinâmicas violentas operadas por processos gerados a partir de megaprojetos de investimento e desenvolvimento da indústria extrativista. Entre as iniciativas mais recentes se encontra o Atlas of Environmental Justice (EJOLT, 2014) desenvolvido pelo projeto EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade), cuja plataforma online foi lançada no ano de 2014 e se caracteriza como um work in progress na medida em que a quantidade e o alto dinamismo faz com que alguns conflitos socioambientais ainda não estejam incluídos no escopo do mapa. Entre os muitos que já estão incluídos, está o já emblemático caso da extração de carvão mineral pela corporação multinacional Vale S.A. em Moçambique. O caso descrito é intitulado como *Vale desloca agricultores em Moçambique* e se refere aos processos de reassentamento aqui referenciados.

proteger o investimento e garantir o fluxo contínuo dos recursos. Sobre os funcionários do posto policial de Cateme, um dos moradores alega: “olha a Vale trabalhou assim, sempre foi assim. Pagava polícias e formou algumas pessoas que servem como agente de trabalho sendo segurança da Vale. Estão aqui, a Vale montou estas pessoas. São paredes da Vale que controlam o reassentamento” (Pop-Moz-3).

De maneira geral, não houve espaço de participação da população atingida. A “participação” foi limitada à fase de execução e concebida apenas enquanto parte integrante do desenho institucional do Plano de Reassentamento para legitimar o projeto. O confinamento da população enquanto agentes beneficiários e não como agentes executores e promotores no modelo de gestão dos reassentamentos é um dos pilares centrais para compreender os conflitos socioambientais que resultaram deste processo. A falta de espaço de participação da população atingida e algumas das práticas desta política são relatadas por uma das reassentadas de 25 de setembro:

Eu sai de Chipanga para aqui. Sou reassentada desde 2010 até agora, estou aqui. Mas a Vale quando chegou lá em Chipanga estava a falar as coisas boas. Disse vamos fazer a mudança da vivência né, mas nós não queria não queria mesmo. Estava legal, nós ia ver casa que ela fez lá em Cateme, amostra. Nós começamos a reclamar que esse tipo de casa aqui não existe, precisamos casa com fundação, alicerce. Eles continuam a fazer, nós ia fazer visita. Sempre estava a reclamar! Na nossa reclamação chegou o governador. Chegou ali, convidou população, tirou comida, bebida diz: vocês fazer um festejos. Lá pra nós despedirmos dos nossos espíritos: vocês comer, beber, ficar feliz. Nós pensava que há de falar as boas maneira, preparamos comida, bebemos sim. Aquele que queria beber bebeu, aquele que não bebia comia coisa, comida. Chegou a chegada de governador, nós recebemos lá começamos a falar, o bairro tinha escolhido as pessoas de qualidade de conseguir falar com eles. Não deu espaço de falar com população, só ele decidiu! Decidiu realmente vocês não podem negar sair. Saem aqui em Chipanga porque vocês estão a cagar em cima do dinheiro. Deve sair nem se vocês irem reclamar que não queremos sair mas os documentos já está assinado de que vocês devem sair e assim ele como governador, estou aqui ser uma despedida com vocês que estão a deslocar daqui, para lá! Onde que escolheu a empresa. Dai população ficou enfraquecida porque o governo mesmo, o próprio governo realmente de população falou, decidiu. Como que nós poderia falar? (Pop-Moz-1).

A festa dos recursos – banquete de comida e bebida à vontade para uma população extremamente pobre – promovida pelo governo e pela Vale mostra a atuação pró-empresa do primeiro. A decisão arbitrária do governo – já estava tudo decidido – de certa forma é um reflexo do próprio sistema político do país no qual os governadores são eleitos pelo presidente, o que enfraquece a preocupação com o estabelecimento de um vínculo efetivo mais direto com a população. Uma das dinâmicas centrais da conflitualidade entre a FRELIMO e a RENAMO é a ausência de recursos da RENAMO decorrente da centralização excessiva do governo. Nas eleições de 2014 houve uma sobreposição entre algumas das áreas geograficamente ricas em recursos naturais e as que a RENAMO venceu nas urnas (MACUANE; BUUR; MONJANE, 2017). O partido venceu em Tete, por exemplo, e algumas de suas principais reivindicações estiveram relacionadas a possibilidade de eleições independentes à nível provincial.

Para além dessa face mais conhecida do conflito da mineradora com os/as reassentados/as pelo Projeto Carvão Moatize descrita acima, que ganhou a atenção pública internacional com a publicação da *Human Rights Watch* em 2013 do relatório *What is a House Without Food?*, há outra face menos visível do desentendimento entre mineradora e moradores/as locais. As comunidades de Capanga (também atingida pelas operações da Rio Tinto, atualmente sob concessão da indiana ICVL) e Ntchenga não foram reassentadas pela companhia, mas se encontram em área de influência direta da mineração. Ntchenga está localizada dentro da área de concessão da companhia, porém, atualmente não dentro da zona operacional. A poucas centenas de metros da exploração, sofre com poeiras e o ruído. De acordo com um funcionário da Vale Moçambique em entrevista, estas são comunidades residuais que hoje não influenciam a produção e, portanto, a empresa não tem necessidade de reassentá-las (Cmn-Moz-2). Além disso, a Vale alega seguir a orientação do Banco Mundial para reassentamentos involuntários que devem ser evitados sempre que possível.

O resultado são 70 famílias que se encontram em situação provisória desde 2010. Por estarem dentro da “área da Vale” são sitiadas por empresas de segurança privada que controlam, através de cancelas e tendas com a presença 24 horas de funcionários, todos os caminhos de acesso, bem como as pessoas que desejam visitar a comunidade. Apesar de a única

fonte de água, que passa em um pequeno riacho, estar contaminada, quando a mineração começou a empresa dizia que não havia qualquer impacto das atividades na água (Pop-Moz-10). Após a população começar a sentir problemas de saúde, estudos independentes foram conduzidos atestando a contaminação da água. Foi necessária mobilização popular e pressão ao governo distrital de Moatize para que a Vale passasse a ser responsável por um abastecimento precário e insuficiente de água potável para essas famílias. Além disso, as pessoas costumavam usar infra-estruturas como escola da comunidade vizinha Mithethe. Com o reassentamento que levou a extinção de Mithethe, o local mais próximo passou a ser a Vila de Moatize que fica a aproximadamente 20 quilômetros de distância. Nessas comunidades também sente-se uma presença ativa da companhia no dia-a-dia da população, mas expressa por outros meios: severos impactos ambientais e formas diversas de controle.

Se pouco fala-se sobre a conflitualidade socioambiental gerada pelo modelo de crescimento que tem os mega projetos como pilares centrais para a promoção do desenvolvimento no país, denunciado por investigadores independentes e organizações como a *Human Rights Watch*, menos ainda se fala sobre essas comunidades não reassentadas. Estas são vítimas de formas de violência cotidiana e estrutural de um modelo de desenvolvimento que deteriorou ao invés de melhorar a sua qualidade de vida.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de um amplo espectro do entendimento da paz, ou seja da ideia de que quando falamos em paz falamos também em desenvolvimento econômico e justiça social, a proposta deste texto foi discutir a economia política do contexto pós-conflito civil em Moçambique. O país foi palco de um processo de desenvolvimento que não trouxe aumento do bem-estar para a maior parte de sua população. Ao contrário dos efeitos esperados, a vida de muitas pessoas piorou e, de maneira geral, a relação estado-cidadão não mudou substancialmente desde a paz mesmo com todas as formas de intervenção que aconteceram no país. Moçambique continua sendo um estado paternalista e altamente centralizado em que ao mesmo

tempo que o governo é visto enquanto pai da população, há um envolvimento seletivo e arbitrário em relação a promoção de políticas sociais.

Há uma ideia bastante difundida de que seria a fraqueza institucional de Moçambique e a pouca capacidade regulatória, pra alguns incluída no conceito de estado falido, que teria dado lugar pra conflitualidade socioambiental em torno da exploração da Vale, além de mais poder para corporações como a Vale dentro do país. O argumento da fraqueza institucional é também um dos fundamentos básicos para legitimar as mais diversas intervenções que aconteceram no país e em outros países africanos a partir do discurso de que estes necessitavam de ajuda e aconselhamento técnico dos países desenvolvidos. Não obstante, o governo moçambicano tem exemplos de bolsões de eficiência como na área de administração da renda proveniente da exploração de recursos cuja formação é bastante seletiva (MACUANE; BUUR; MONJANE, 2017) e não inclui o campo das políticas sociais para a população.

A conflitualidade está presente na sociedade moçambicana em conexão direta com a estratégia de economia política adotada pelo país de atração de investimento estrangeiro direto, impulsionada pelas instituições financeiras internacionais e, de maneira mais ampla, pelo processo de construção da paz. Estes investimentos foram usados pela elite política e econômica, altamente sobrepostas como discutido aqui, para atingir ganhos de curto prazo ao invés de objetivos inclusivos e de longo prazo. Ao mesmo tempo, corporações como a Vale, que representam o capital internacional no qual estas elites estão ancoradas, agem de maneira desrespeitosa e violam sistematicamente os direitos humanos no país. De maneira geral, estes conflitos escancaram os paradoxos de Moçambique contemporâneo e alguns dos efeitos problemáticos das reformas econômicas e de construção do estado no âmbito da construção da paz. Estes paradoxos são indícios dos desafios das análises e da complexidade que temos a nossa frente quando o assunto é paz e Relações Internacionais.

Resta perguntar: até quando os moçambicanos deverão ser resilientes e manter a esperança?

REFERÊNCIAS

- AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK. *Mozambique*. 2017. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>. Acesso em: 1 out. 2017.
- ASTILL-BROWN, J.; WEIMER, M.. *Moçambique: Equilibrando o Desenvolvimento, a Política e a Segurança*. Londres: Chatham House, 2010.
- ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*. Rio de Janeiro: Atingidos pela Vale, 2013. Disponível em: <<https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2017.
- BANCO MUNDIAL. *Actualidade Económica de Moçambique: uma economia a duas velocidades*. Washington DC, 2017a.
- _____. *World Development Indicators – 2017*. Washington DC, 2017b.
- CASTEL-BRANCO, C. N. Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, v. 41, p. 26–48, 2014.
- _____. Capitalizando o Capitalismo Doméstico: porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In: BRITO, L. D.; CASTEL-BRANCO, C. N., et al (Ed.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2015.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ECONÔMICA. Valorização do carvão. Maputo: Ministério do Desenvolvimento e Planificação Econômica. *Informação*, v. 2, n. 77, 1977.
- CUNGUARA, B. An exposition of development failures in Mozambique. *Review of African Political Economy*, v. 39, n. 131, p. 161–170, 2012.
- EJOLT. *Atlas of Environmental Justice*. 2014. Disponível em: <<http://ejatlas.org>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- FAEL, B.; CORTEZ, E. Controlo da corrupção não foi prioridade na agenda da governação no período 2005 – 2013. *CIP Newsletter - Boa Governação Transparência e Integridade*, v. 19, p. 1–9, 2013.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *Moçambique em Ascensão: construir um novo dia*. Washington DC, 2014.
- GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.
- _____. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990.
- GARCIA, A. E. S. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

GLOBAL WITNESS. *On Dangerous Ground*: 2015 was the worst year on record for killings of land and environmental defenders – people struggling to protect their land, forests and rivers. London, 20 Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/dangerous-ground/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

HANLON, J. Mozambique: ‘the war ended 17 years ago, but we are still poor’, *Conflict, Security & Development*, v. 10, n. 1, p. 77–102, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH. *What is a House Without Food? - Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements*, Human Rights Watch, Nova York, 2013. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2013/05/23/what-house-without-food/mozambiques-coal-mining-boom-and-resettlements>>. Acesso em: 17 set. 2017.

INICIATIVA DE TRANSPARÊNCIA NA INDÚSTRIA EXTRACTIVA (ITIE). *Sexto Relatório da ITIEM: anos de 2013 e 2014*. Maputo: ITIE Moçambique, 2015.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION (IDA). *Mozambique: From Post-Conflict Recovery to High Growth*. World Bank, Washington DC, Jul. 2009. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/IDA/Resources/ida_Mozambique_10-02-09.pdf>. Acesso em: 1 maio 2017.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION [IFC]. *Public-Private Partnership Impact Stories: Mozambique: Moatize Coal Deposit*. Washington D.C, 2013.

MACAMO, E. Against ‘Development’. *CODESRIA Bulletin*, v. 3–4, p. 5–7, 2005.

MACUANE, J. J.; BUUR, L.; MONJANE, C. M. Power, Conflict and Natural Resources: the Mozambican Crises Revisited. *African Affairs*, 31 Jul. 2017. Disponível em: <<https://academic.oup.com/afraf/advance-article/doi/10.1093/afraf/adx029/4056499>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MARTINEZ-ALIER, J. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. *Journal of Political Ecology*, v. 21, p. 19–60, 2014.

MASCHIETTO, R. H.. *Beyond Peacebuilding: the challenges of empowerment promotion in Mozambique*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

MATOS, E. A. C.; MEDEIROS, R. M. V. Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação. *Revista NERA*, v. 28, p. 106–131, 2015.

NHAMIRE, B.; MATINE, J. *Parcerias público-privadas: um investimento necessário, mas problemático em Moçambique: caso da concessão do Porto de Nacala e Linha do Norte*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2015.

NUCIFORA, A. M. D.; SILVA, L. A. P. Rapid Growth and Economic Transformation in Mozambique, 1993–2009. In: CHUHAN-POLE, P.; ANGWAFO, M. (Ed.). *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*. Washington DC: The World Bank, 2011.

PHIRI, M. Z. The political economy of Mozambique twenty years on: A post-conflict success story? *South African Journal of International Affairs*, v. 19, n. 2, p. 223–245, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. *Mozambique 2005 – Report on the Millennium Development Goals*. Maputo, 2005.

_____. *Human development report 2016: Human Development for Everyone*. New York, 2016.

PUREZA, J. M. O desafio crítico dos estudos para a paz. *Relações Internacionais*, v. 23, p. 5–22, 2011.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério dos recursos minerais. *Contrato minério relativo a concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre Governo da República de Moçambique e Rio Doce Moçambique Limitada*. Maputo, 2006.

ROSS, D. In Mozambique—and In Africa—Rising Requires Resilience. *IMF Blog*. 2014. Disponível em: <<https://blogs.imf.org/2014/09/03/in-mozambique-and-in-africa-rising-requires-resilience/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SANTOS, A. A.; ROFFARELLO, L. M.; FILIPE, M. *African Economic Outlook*. Mozambique: AfDB; OECD; UNDP, 2016. E-book. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/eBook_AEO2016.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SELEMANE, T. *Alguns desafios na indústria extractiva em moçambique*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2009.

_____. *Questões à volta da mineração em Moçambique: relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussudenga*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2010.

TOLLENAERE, M. D. Ajuda internacional, dependência externa e governação. In: NUVUNGA, A.; TOLLENAERE, M. D. (Ed.). *Governação e Integridade em Moçambique: problemas práticos e desafios reais*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2013.

UNESCO. UN Secretary-General Kofi A. Annan - *Message on the Occasion of the Launch of the International Year of the Culture of Peace*. Paris, 1999.

VALE S.A. *Sustentabilidade Moçambique 2013*. Maputo, 2014.

_____. *Formulário 20-F – 2015*. Rio de Janeiro, 2016.

VASCONCELOS, L.; MUCHANGOS, A; SIQUELA, E. Elementos-traço em cinzas de carvões aflorantes de Moçambique. *Geochimica Brasiliensis*, v. 23, n. 3, p. 344–361, 2009.

Acrônimos:

Consult = consultoria

Moz = Moçambique

Pop = população atingida

Sociv = sociedade civil

Entrevistas:

Cmn-Moz-1: Representante da Vale na área social nacional, Maputo, 28 de junho de 2016

Cmn-Moz-2: Representante da Vale na área social local, Vila de Moatize – Província de Tete, 8 de julho de 2016

Consult-Moz-2: Consultor/a da Diagonal Transformação de Territórios, Maputo, 14 de julho de 2016

Pop-Moz-1: Reassentado/a do 25 de setembro, Vila de Moatize - Província de Tete, 7 de julho de 2016

Pop-Moz-3: Reassentado/a, Reassentamento Cateme, Província de Tete, 6 de julho de 2016

Pop-Moz-10: Membro da comunidade de Ntchenga, Província de Tete, 7 de julho de 2016

Pop-Moz-11: Representante dos oleiros, Província de Tete, 6 de julho de 2016

Sociv-Moz-1: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo, 13 de julho de 2016